

Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública

International Insertion of Angola: External Intervention and Interferences and its Implications for Governance and Public Management

Lutumba Antônio Sebastião Simão

Mestre em Administração

PPGA/Uningrario

E-mail: Lasstorra@msn.com

Ana Lucia Guedes

Ph.D. Relações Internacionais - LSE

Professora colaboradora do PPGA/Uningrario

Rua da Lapa, 86, 9º andar – Centro, Rio de Janeiro

CEP: 20021180

E-mail: almguedes@gmail.com

Amanda Nieto

Graduanda em Relações Internacionais

Universidade Federal Fluminense - UFF

E-mail: amandanieto94@gmail.com

Resumo

Este ensaio descreve as intervenções e interferências externas em Angola, desde a independência em 1975, com o propósito de destacar as implicações em termos de governança e gestão pública. As intervenções da Organização das Nações Unidas (ONU), focadas nas resoluções do conflito armado, e as interferências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco mundial (BM), não produziram os resultados esperados em termos de transferência de políticas para a construção de mecanismos de governança e capacitação da gestão pública. As intervenções da ONU foram vistas como sucessivos fracassos desde 1988, inclusive nas primeiras eleições diretas em 1992 e na eclosão da longa guerra civil. As missões foram condicionadas pelos interesses das potências mundiais, dentro das suas estratégias de política externa e de economia política da exploração do petróleo. Em 2000, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu escritório em Angola com quatro áreas prioritárias: (a) redução da pobreza, (b) governança democrática, (c) prevenção e recuperação de crises, (d) desenvolvimento sustentável. Em paralelo, as interferências do FMI e do BM se depararam com resistência por parte do governo angolano em temas como a abertura da economia ao mercado internacional, a melhoria da transparência das contas da indústria petrolífera, o programa de redução da pobreza e o fortalecimento das instituições políticas. Em conjunto, estas sucessivas tentativas de soluções externas resultaram na fraca governança e gestão pública que o governo de Angola ainda luta para superar no presente.

Palavras-Chave: Governança; Gestão Pública; Organizações Internacionais; Angola.

Abstract

This essay describes the external intervention and interferences in Angola since its independence, in 1975, with the purpose to stress the implications in terms of governance and public management. The interventions of the United Nations (UN), focused on the resolution of the armed conflict, and the interferences of the International Monetary Fund (IMF) and World Bank (WB) have not produced the expected results in terms of policies transfers to build mechanisms of governance and public management. The UN's interventions were regarded as successive failures since 1988, inclusive in the first direct elections in 1992 and in the outbreak of the long civil war. The missions were conditioned by the interests of the world powers, grounded on their strategies of foreign policies and the political economy of the oil exploitation. In 2000, the United Nations Program for Development (UNPD) established an office in Angola with four areas of priority: (a) poverty reduction, (b) democratic governance, (c) crises prevention and recovery, and (e) sustainable development. In parallel, the interferences from the IMF and WB faced resistance from part of the Angolan government in issues such as opening of the economy to the international market, improvement of transparency of the accounts of the oil industry, the program of poverty reduction and the strength of the political institutions. In sum, these successive attempts of external solutions resulted in weak governance and public management that the government of Angola still struggles to deal with nowadays.

Keywords: Governance, Public Management, International Organizations, Angola.

1 Introdução

A inserção internacional de Angola, marcada no passado pelo colonialismo europeu, e no presente pelo neocolonialismo, tem sido sistematicamente influenciada por intervenções e interferências externas. Segundo Bull (1988) a intervenção é de caráter coercivo de um ou mais atores externos, em um Estado soberano ou em uma comunidade política independente, quando há ameaça ou uso de força. E a interferência, segundo Borges (2002), esta relacionada a liberalização, a desregulamentação relativa a reforma constitucional. Ou seja, a agenda de implantação do regime neoliberal pelas organizações internacionais e pelos investidores externos nas décadas recentes.

Em Angola, notamos os primeiros sinais de intervenção externa logo a seguir da guerra anti-colonial (de 1961 a 1974) com a independência do país de Portugal, em 11 de Novembro de 1975. Os três movimentos que lutaram pela independência - o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)-, são seduzidos ao uso da força para ocupar o território do país e se estabelecerem como representantes do povo Angolano. Estes movimentos foram influenciados e patrocinados pelos seguintes países: MPLA pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus aliados, principalmente Cuba; UNITA e FNLA pelos Estados Unidos de América (EUA) (CARVALHO, 2010).

Em 1980, o apoio dos EUA para a UNITA se fortalece devido à vitória de Ronald Reagan nas eleições americanas. As convicções de Reagan de que o comunismo poderia ser derrotado se reflete em mudanças nos campos de batalhas favoráveis a UNITA, e leva o MPLA a ceder as pressões externas e negociar o processo de paz em 1989, quando a UNITA ocupava 70% do território nacional. As negociações se iniciaram em Gbadolite com Mobutu Sese Seko, presidente do Zaire (atualmente República Democrática do Congo), como mediador (MONTEIRO, 2003). O conflito armado em Angola perdurou por dezesseis anos ininterruptos até a assinatura dos Acordos de Bicesse, em 31 de Maio de 1991, como consequência desta mediação.

Em paralelo, as intervenções da Organização das Nações Unidas (ONU) foram sucessivos fracassos desde 1988 até o final da longa guerra civil (de 1975 a 2002) devido aos interesses das potências mundiais em Angola. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabeleceu escritório no país em 2000 e, as interferências do FMI e do BM se depararam com resistência por parte do governo angolano. Com base neste contexto, este ensaio objetiva problematizar, em termos de governança e gestão pública, as intervenções e interferências da ONU, FMI e BM em Angola.

Este ensaio está estruturado em quatro seções além desta breve introdução. A primeira seção trata da intervenção da ONU em Angola. A segunda seção dos interesses e interferências externas e da economia política internacional do PNUD. Na terceira seção, apresenta a interferência do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A seguir, as considerações finais sobre o tema destacam as implicações para a governança e gestão pública em Angola.

1.1 Intervenção da ONU em Angola

A primeira intervenção de uma organização internacional aconteceu em 1989, na mediação da Organização das Nações Unidas (ONU) do conflito entre Angola e Namíbia, por meio da resolução 435/78. Influenciado pela nova fase da geopolítica mundial, marcada pela queda do muro de Berlim e o fim da URSS, a questão do conflito da Swapo (atual Namíbia) estava relacionada com a guerra em Angola. Isso porque a UNITA recebia apoio da África do Sul pelo território namibiano que estava sob controle da África do Sul.

Segundo Carvalho (2010), os ministérios das relações exteriores de Angola e Cuba manifestaram o interesse de cumprirem a resolução 435/78 em duas declarações assinadas, respectivamente, em 4 de fevereiro de 1982 e 19 de março de 1984. A resolução 435/78, como primeira intervenção da ONU em Angola, tinha o intuito de retirar as tropas cubanas do território angolano e descolonizar a Namíbia. Esta relação inter-estatal colocou em evidência no cenário mundial o conceito de *linkage*. Mais especificamente, segundo Monteiro (2003, p. 2), a “*linkage* aparece no contexto da política externa dos EUA na África austral, definido como a saída da África do Sul da Namíbia e a retirada do exército cubano em Angola”.

O fim da ocupação sob a supervisão das forças de Paz da ONU constituiu-se na primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I). O processo de intervenção da ONU começa a ser estruturado, a partir de 1988, como registra a revista PANAPRESS: “foi em Dezembro de 1988 que a ONU constituiu a sua primeira Missão de Verificação em Angola, a UNAVEM I” (PANAPRESS, 2014, s.p.), com a missão de supervisionar a retirada das forças armadas cubanas de Angola.

Cabe notar, como afirma Pureza et al (2007), que a ONU enviou quatro missões, para intervir na guerra civil em Angola, mas estas intervenções resultaram em sucessivos fracassos devido aos interesses divergentes das duas grandes potências, no contexto da guerra fria. O ano de 1992 marca o retorno da guerra civil em Angola, e naquele momento, a ONU teve muita responsabilidade por não ter criado as condições para um processo pacífico (VOA, 2015). Consequentemente, como estava designado na resolução 435/78 da ONU sobre o processo da descolonização da Namíbia, a presença das forças de paz da ONU em Angola se estende até a realização das primeiras eleições em 1992 (que resulta do acordo de Bicesse de 1991).

Em resumo, a missão da ONU em Angola se divide em 4 fases: Primeira Missão de Verificação em Angola (UNAVEM I), segunda Missão de Verificação em Angola UNAVEM II (1991-1995), terceira Missão de Verificação em Angola UNAVEM III (1995-1997) e Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) (1997), até a implantação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como o representante oficial da ONU em 2000.

Podemos destacar que as missões da ONU em Angola foram claramente condicionadas por interesses das grandes potências segundo uma lógica neocolonial, portanto não interessava a ONU a paz em Angola em 1992. O processo de pacificação foi marcado por graves erros, como por exemplo, o pleito eleitoral realizado com dois exércitos em operação no país. A co-existência desses dois exércitos foi preponderante para o retorno ao conflito armado depois da declaração oficial da ONU de vitória do MPLA no pleito eleitoral; resultado fortemente contestado pela

UNITA que alegava fraudes. Devido ao clima de conflito no país a ONU deveria ter sido mais prudente na condução desse processo eleitoral, principalmente, na divulgação do resultado (ALBUQUERQUE, 2002). As consequências da precipitação na divulgação desse resultado foram catastróficas para o país; a guerra, com 10 anos de intensos combates, foi mais sangrenta que a anterior apesar do acordo de Lusaka de 1994.

O acordo de Lusaka durou quatro anos, segundo Pureza et al (2007, p.5) "nem de guerra nem de paz", porque haviam focos de confrontos. O processo de paz de 1992 foi traumático, tanto para povo como para as partes em conflito. A guerra civil em Angola termina somente em abril de 2002 com a morte de Jonas Malheiros Savimbi, o líder dos rebeldes. A seguir, intensificaram-se as conversações entre o MPLA e a UNITA, no processo que resultou no "memorando de Luena". Cabe destacar que foi um processo que não teve interferência da ONU, o dialogo foi primeiro entre as chefias militares do MPLA e da UNITA e, depois, os políticos desses partidos negociaram o memorando. A seguir apresentamos os interesses internacionais, no âmbito de economia política, na exploração dos recursos naturais de Angola.

1.2 Interesses e interferências externas: a economia política internacional do PNUD

O desenrolar dos acontecimentos em Angola, desde 1975 até o fim do conflito armado em 2002, esta relacionado com a visão das potenciais mundiais como parte de suas estratégias de política externa e economia política segundo uma lógica neocolonial. Angola, sendo um país rico em recursos naturais, despertou o interesse das grandes potenciais em explorar petróleo e diamantes.

Em 1962 já havia uma empresa com origem nos EUA no território angolano para a exploração de petróleo, a *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC), subsidiária da Chevron. Na história da exploração do petróleo em Angola consta que "em 1962 foi efetuado o primeiro levantamento sísmico do *offshore* de Cabinda pela *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC) e em setembro desse ano surgiu a primeira descoberta" (SONANGOL, 2005, S.P). A CABGOC ainda opera em Angola como a segunda maior empresa petrolífera.

A reserva de diamantes foi descoberta em 1912 nas Lundas por um geólogo belga. No mesmo ano, foi criada a Companhia de Pesquisa Mineira de Angola (PEMA) e, cinco anos depois, fundou-se a DIAMANG uma sociedade com capitais de Portugal, Bélgica, EUA, Reino Unido e África do Sul. Assim, foram transferidos os direitos de exploração da PEMA para a DIAMANG, empresa pública portuguesa, com participação da De Beers (empresa sul africana) e outros grupos financeiros europeus (SECO, 2009).

Ainda no período colonial registraram-se em Angola interferências que podemos relacionar a economia política internacional. Empresas multinacionais com interesse em recursos naturais se estabeleceram em Angola no imediato pós-guerra. A existência de abundantes recursos naturais postergou a intervenção da ONU em Angola, que somente aconteceu após o fim da Guerra Fria, com mencionado anteriormente. A ONU, além da intervenção com envio de forças de manutenção da paz, também interferiu nas políticas de desenvolvimento do país. As primeiras interferências

foram em 1977 por meio do PNUD, mas somente em 2000 o PNUD estabeleceu escritório de representação em Angola.

O *site* do PNUD (2015) descreve que o programa "tem estado a trabalhar em Angola desde 1977 e alinhou seu ciclo de programa com o ciclo de planejamento do Governo no âmbito do Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF)". Essa função do PNUD, em Angola, se enquadra nitidamente no que a literatura denomina de "administração e gestão do desenvolvimento", definido como "um conjunto de teorias e práticas gerenciais amplamente distintas, típicas do Primeiro Mundo, que são aplicadas no Terceiro Mundo e influenciam sua constituição" (COOKE, 2004, p.6), dentro do contexto da Guerra Fria.

A administração e gestão do desenvolvimento nos países do periféricos é réplica das políticas de desenvolvimento dos países hegemônicos. Nos primeiros anos essa forma de "transferência de política" (STONE, 2004) era definida como Administração do Desenvolvimento, ou seja, programas de desenvolvimento, políticas e projetos para atender as necessidades em termos econômicos e sociais das nações mais pobres, que geralmente têm pouca capacidade técnica e financeira para se desenvolverem (FONSECA, 1998).

Os países periféricos aderem a essa "transferência de política", segundo Dolowitz (2006), por vários motivos, mas principalmente pelas instituições fracas, escassez de recursos humanos e a pobreza da maioria da sua população. Esses aspectos da realidade local influenciam negativamente o potencial desenvolvimento de Angola porque foram negligenciados pelos interesses e interferências externas. O PNUD prioriza, em termos de políticas em Angola, quatro áreas: (a) redução da pobreza, (b) a governança democrática, (c) prevenção e recuperação de crises, (e) desenvolvimento sustentável (ambiente e energia).

O processo de gestão dos países periféricos implica que o modelo de desenvolvimento econômico de Angola seja baseado na exploração de recursos naturais não renováveis. Por exemplo, o petróleo bruto e o diamante são responsáveis por cerca de 80% das receitas do país no contexto contemporâneo. Alves (2007, p.7) ilustra o otimismo com a exploração do petróleo:

Hoje, o petróleo está no centro da economia angolana: representa 55% do PIB, 90.3% das exportações, 78.6% das receitas fiscais e 80.1% das receitas totais. Compreende-se, por isso, que a economia angolana esteja sujeita às permanentes volatilidades do mercado petrolífero, mas que encare o futuro com otimismo se atentarmos à tendência que se tem verificado nos preços do barril do petróleo.

No entanto, a inserção de Angola na economia mundial apresenta-se dependente da exploração de recursos naturais pelas multinacionais americanas e europeias. Essas empresas ignoram totalmente o impacto das suas atividades econômicas em relação ao desenvolvimento local e as desigualdades sociais e econômicas da maioria da população angolana. A responsabilidade do governo e das empresas para com a sociedade tem sido muitas vezes negligenciada, o que resulta que a maior parte dos habitantes não desfrute das riquezas geradas por estas atividades econômicas. Como resultado, a pobreza e a desigualdade social ainda são realidade no país, apesar de ser um dos que mais cresceu na última década no mundo, do século XXI, com

médias de 13% ao ano.

Mais especificamente, a globalização neoliberal dos anos de 1990 acentuou a hegemonia dos países desenvolvidos em relação aos países periféricos, principalmente em termos políticos, econômicos e culturais. A democracia passa a ser aceita como modelo político ideal mundialmente e o comunismo enfraquece. Esse processo abre as portas ao gerenciamento do mundo, e neste contexto internacional de gerenciamento e divisão de trabalho, os países do periféricos são considerados como fontes de matéria-prima e mão de obra barata para os países centrais. Santos (2003, p. 174) critica este período do modo de produção capitalista, caracterizado pela perversidade da globalização, para sugerir que “a globalização atual não é irreversível.”

Cabe ressaltar que a globalização não é um fenômeno que acontece ocasionalmente, há ideais que a regem, como Banerjee (2001) relata:

Enquanto a globalização é muitas vezes discutida como um fenômeno em si mesmo, uma abordagem crítica discursiva, como a adotada neste trabalho considera-o como uma construção e está interessado nos meios e finalidade do mesmo, as instituições através do qual ele trabalha e a consequência extra discursiva. (BANERJEE, 2001, p. 3).

As consequências em termos econômicos da globalização são contraditórias e heterogêneas. Por um lado aumenta a prosperidade dos países desenvolvidos, através do comércio e da internacionalização das empresas com origem (e/ou acionistas) nestes países. Por outro lado, os países periféricos enfrentam os desdobramentos e implicações negativas, como por exemplo, o enfraquecimento dos Estados em relação às empresas multinacionais (pelo discurso global de supremacia do mercado), o aumento da pobreza e dos passivos ambientais. Ronit (2001) declara que:

Uma consequência da globalização é muitas vezes o declínio do Estado. Os argumentos parecem ecoar o outro. Onde o Estado rende a autoridade às organizações internacionais ou instituições supranacionais. (RONIT, 2001, p.558).

A estratégia das multinacionais nos países periféricos está focada na busca por matéria-prima, mão de obra barata e vantagens competitivas em relação ao mercado local, mas discursivamente a bandeira levantada pelas multinacionais são as oportunidades desenvolvimento que dizem trazer para esses países. Seduzem o governo para flexibilizar algumas leis com a promessa de criar empregos e, conseqüentemente, gerarem crescimento econômico. Os Estados periféricostornam-se refém das multinacionais por causa das suas obrigações para com seus cidadãos e pela oportunidade que observam em atrair e manter essas multinacionais nas suas economias.

A indústria petrolífera gera em Angola elevadas somas de recursos que infelizmente não são distribuídos localmente. A maior parte da população não desfruta das riquezas geradas direta (empregos) e/ou indiretamente (impostos) pela indústria petrolífera. Isso porque a indústria petrolífera é dominada pelas grandes multinacionais- Total (empresa francesa), Chevron

(empresa americana), British Petroleum-BP (empresa britânica) e Esso (marca da ExxonMobil, empresa americana)-, e uma pequena participação da SONANGOL (empresa estatal angolana) que atua mais como parceira e fiscalizadora, e menos no desenvolvimento de tecnologia e/ou exploradora autônoma.

De forma mais contundente, a ONG OSISA (Open Society Initiative of Southern Africa) afirma que essa indústria é a maior financiadora da corrupção em Angola, como ilustramos a seguir:

Ao concordar em pagar enormes taxas que vão direito para o bolso da elite angolana e em serem sócias na concessão, as companhias estrangeiras estão apoiando e perpetuando a corrupção de alto nível que só visa a busca por renda (rent-seeking). (OSISA, 2013, p.9).

Importante notar que a percepção da corrupção é considerada elevada, como relata Mafo (2014, p. 34), “há uma enorme propensão a corrupção em todas as esferas da sociedade, menor responsabilidade na gestão das finanças públicas e menor grau de transparência financeira e econômica”. Em termos de gestão pública, Jensen e Fernando (2011) concluem que Angola é um país muito burocrático e pouco eficiente. A corrupção é um fenômeno comum em todos os setores da sociedade, em todas as classes sociais, é um dos maiores males que enferma o país.

Com níveis de corrupção dos mais elevados: “O país figura na 168ª posição no ranking de 183 países do Índice de Percepção de Corrupção de 2011 da ONG Transparência Internacional” (OSISA, 2013, p. 15). Conseqüentemente, a corrupção condiciona que a gestão pública não gere desenvolvimento socioeconômico e contribui para o insucesso na implementação das políticas de desenvolvimento do PNUD. Este processo se perpetua frente a inexistência de mecanismos de governança eficientes no país.

A cumplicidade entre as multinacionais e o governo torna o modelo de desenvolvimento de Angola um dos mais injustos do mundo, onde cerca 1% da população se apodera das riquezas advindas dessa indústria. A redução da pobreza, em particular da pobreza extrema, continua a ser uma prioridade para o governo Angolano e as partes interessadas no desenvolvimento do país. A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), formalmente aprovado no dia 11 de fevereiro de 2004 e revisto em Setembro de 2005, é ainda o principal documento que orienta as principais áreas de intervenção do governo com prioridade para a reconstrução das infraestruturas, aumento do acesso a educação, saúde e outros serviços básicos, bem como a descentralização das estruturas de governança (PNUD, 2014).

Cabe destacar, segundo Kissler e Heidemann (2006, p. 481) que a “governança possui como principais pressupostos: a gestão, responsabilidades, transparência e legalidade do setor público, considerados necessário para o desenvolvimento de todas as sociedades”, por isso, o empenho do PNUD em implementar a governança em Angola, como já foi efetivado em Moçambique (SIMIONE, 2014).

Os resultados das políticas do PNUD são praticamente nulos. Depois de dez anos de implementação deste modelo de desenvolvimento pelo governo, a população pobre em Angola

ainda é estimada 66% (dados da UNCTAD, 2013). Angola ainda está entre os países com gastos mais baixos em saúde, e um dos mais altos níveis de mortalidade infantil: em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos (VENTURA, 2008). Por fim, na educação, não houveram avanços consideráveis e a taxa de analfabetismo é de 70,01% (UNCTAD, 2013).

A estratégia de implantação da governança democrática foi iniciada a partir de 1992, como desdobramento das intervenções da ONU, mas devido a retomada da guerra e do regime do partido único que vigorou por vários anos, as instituições não atingiram a maturidade. O PNUD observa principalmente os problemas em termos de: estabilidade política, eficácia do governo, a qualidade regulatória, direitos dos cidadãos, percepção da corrupção, prestação de contas (PNUD, 2014). Particularmente, a estabilidade política é um aspecto sensível de ser abordada, e a eficácia do governo pode ser mensurada pelos dados anteriormente citados, como a estimativa de pobreza, saúde e educação. A qualidade regulatória é muito boa, mas a sua aplicação carece de tempo para atingir a maturidade, isto se reflete no cotidiano dos cidadãos (REDE ANGOLA, 2016).

A prestação de contas em Angola tem sido tímida, por exemplo, a SONANGOL a maior empresa estatal no país em operação desde 1976, só emitiu os primeiros relatórios contábil nos meados da década passada. Isto condicionaria a tomada de decisões precisas, baseadas em informações credíveis (IUDÍCIBUS, 1995). A emissão desse relatório resulta de acordo firmado com o FMI em 3 de abril de 2000. Segundo Hodge (2002), o FMI definiu as metas a serem alcançadas pelo governo em termos de transparência das finanças públicas, principalmente na indústria petrolífera. Por exemplo, o Brasil compreendendo essa relação da transparência com o desenvolvimento social, tem se esforçado em elevar os níveis de transparência das finanças públicas, como por exemplo, a criação da Lei de Responsabilidade (ABREU; GOMES; ALFINITO, 2015).

A estratégia do PNUD em Angola, na implementação da governança democrática efetiva, tem encontrado certa resistência por parte do governo, visto que o país possui forte herança da ideologia comunista, que conseqüentemente determina um modelo de gestão pública excessivamente centralizado no líder. Quanto à prevenção de crise, a estratégia do PNUD está focada principalmente na luta contra as minas, desarmamento da comunidade e outras circunstâncias de perigo em Angola (PNUD, 2014). Essa estratégia tem sido implementada com a desminagem em grandes extensões de terreno em Angola. Em relação ao desarmamento em 2010 o governo angolano implementou, com sucesso, campanha de entrega voluntária de armamentos.

Em termos de meio ambiente e energia, o governo melhorou a legislação ambiental em termos de exploração dos recursos naturais (petróleo, diamantes, hídricos e terra), em parceria com PNUD (2015). Os grandes problemas do ponto de vista ambiental têm ocorrido majoritariamente na exploração do petróleo com vazamentos e, na exploração dos diamantes, com a poluição dos rios.

Em resumo, o papel da ONU em Angola pode dividir-se em duas fases: a primeira fase marcada pela intervenção no sentido de promover a paz sob a influência das potências mundiais no contexto da Guerra Fria e, a segunda, por intermédio da interferência do PNUD no intuito de transferências de políticas para o desenvolvimento. A seguir aprofundamos as interferências de

outras organizações internacionais.

1.3 Interferências do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial

A interferência de outras organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) foram tímidas durante a guerra civil e a intervenção da ONU. Atualmente as interferências se acentuaram na política econômica de Angola, sem os devidos debates acerca das implicações para governança e gestão pública.

O BM é uma organização internacional de natureza financeira, com sede em Washington, fundada aos 27 de dezembro de 1944, com finalidade de fornecer empréstimos a países em desenvolvimento. É composto por duas instituições: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), e abrange também mais três instituições tais como: Sociedade Financeira Internacional (SFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimentos (CIADI).

Após a II Guerra Mundial, o BM desempenhou um papel importante, no financiamento da reconstrução da Europa. A partir desta experiência inicial estabeleceu políticas de desenvolvimento que foram implantadas com insucesso em países da África. Borges afirma que:

Durante os anos de 1980, o foco operacional moveu-se de temas como liberalização, desregulamentação e estabilização para questões de construção e reforma institucional. De fato, uma vez que se tornou mais claro que não havia sido dada suficiente atenção aos problemas de viabilidade política das reformas estruturais e, da mesma forma, aos custos sociais associados a estas, o Banco Mundial passou a priorizar fatores políticos como a legitimidade governamental e o papel dos grupos de pressão, especialmente após o fracasso das políticas de ajuste estrutural em muitos países africanos (BORGES, 2006, p.1).

Podemos constatar nas palavras de Borges (2006) que o BM, no início da década de 1980 foi agente financeiro do neoliberalismo, e que suas políticas nos países africanos não tiveram o mesmo sucesso que na Europa do pós-guerra. O mesmo fracasso das políticas do BM verifica-se em Angola, que do volume de empréstimos desta instituição, como ilustra a tabela 1.

Tabela 1 - Empréstimo do Banco Mundial para Angola

Empréstimo	Ano
120 milhões	2011
0	2012
0	2013
75 milhões	2014
650 milhões	2015

Fonte: Banco Mundial.

<http://www.worldbank.org/pt/country/angola>. Acesso em: 02/05/2016.

Atualmente, a principal estratégia do BM em Angola está focada no desenvolvimento
Guedes, A. L.; Nieto, A.; Simão L. A. S.

inclusivo. Como relata em *site* destinado a Angola: "As atividades do BM em Angola, realizam-se no contexto da recentemente aprovada Estratégia de Parceria com o País (CPS) 2014-2016. A CPS tem estratégia abrangente, a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo, com dois objetivos essenciais que são os seus pilares, e uma trave-mestra de caráter transversal" (BM, 2015).

Neste sentido, as principais políticas de desenvolvimento do BM em Angola são: a capacitação na gestão econômica de projeto de reabilitação de infraestruturas, reabilitação urbana e ambiental, reabilitação do setor elétrico, recuperação do setor de transporte, modernização de instituições financeiras, saúde, ação social, reconstrução pós-conflito, desmobilização e reintegração de ex-militares, desenvolvimento institucional do setor da água, orientado ao mercado agrícola e o desenvolvimento local.

Essas políticas ao longo do tempo não têm obtido os resultados propostos, portanto, a pergunta que se faz é: qual é o motivo desses insucessos na implementação das políticas de desenvolvimento pelo BM em Angola? Com certeza há desconfiança entre as partes envolvidas nesse processo, ou seja, governo angolano e o BM. O governo angolano percebe essas políticas do BM como forma de implantação do regime neoliberal, sendo assim, as mesmas não promovem desenvolvimento de países periféricos, essa instituição internacional é considerada como um instrumento de poder da potência hegemônica (COOKE, 2015).

A atuação do FMI e do BM foi tardia devido ao regime político pós-independência. O MPLA, partido comunista, mostrou-se resistente a economia de mercado internacional e a gestão pública de vertente neoliberal, por questões ideológicas, embora não tenha descartado certa colaboração com essas instituições (MAFO, 2014). Por exemplo, a tabela 2 ilustra que a primeira grande interferência do FMI em Angola somente ocorre em 2009, através do acordo *stand by* para socorrer os país do desajuste fiscal resultante da queda do preço do petróleo bruto.

Tabela 2 - Acordos de Angola e FMI

Empréstimo	Ano
286,3 milhões	2009
286,3 milhões	2010
286,3 milhões	2011

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/sct/2011/cr11346p.pdf. Acesso em: 02/05/2016

Apesar de ser umas das economias que mais cresceu na década passada, como relata Mendes (2012, p. 14), "a sua economia apresentou valores de crescimento de 15% ao ano desde 2004, um crescimento impulsionado em grande parte pelo sector petrolífero", o país sofreu impactos da crise econômica que abalou o mundo em 2008. Esse elevado nível de crescimento também não foi suficiente para o desenvolvimento socioeconômico, ou seja, cerca de 60% da população angolana ainda vive em condições de pobreza. A riqueza do país está concentrada em um número pequeno de indivíduos. Conforme alerta relatório da OCDE (2014, s.p.), os esforços do Executivo na modernização das infra-estruturas ainda não tiveram os efeitos pretendidos. Os

indicadores sociais não acompanharam o passo do forte crescimento econômico. Esses números demonstram, que o modelo de desenvolvimento econômico de Angola e a gestão pública carece de reestruturação, para que seja mais abrangente no nível socioeconômico e corresponda a expectativa da sociedade angolana em termos de desenvolvimento social.

Cooke (2004) aborda diversas interferências dos países desenvolvidos e da potência hegemônica nos países periféricos, na aplicação do modelo de desenvolvimento neoliberal. Como exemplo, a introdução do Estado mínimo nesses países favorece a implantação da economia de mercado e o predomínio das grandes multinacionais; isto caracteriza a transferência de políticas (STONE, 2004) por organizações como BM e o FMI. Segundo Cooke (2004, p. 605):

Os objetivos deste projeto de diminuição do Estado, a extensão do mercado, evidenciam a remoção das empresas do setor público, a redução do tamanho do Estado em termos de despesas, números de empregados e serviços prestados.

Observamos claramente que esse conceito de Estado mínimo não se adequa a maioria dos países periféricos, devido ao contexto histórico em que foram constituídos. Angola não foge a regra. Por exemplo, a introdução da liberalização do mercado em 1992 (PEREIRA, 2005), trouxe a tona diversos problemas que carecem de intervenção de um Estado forte. Uma das implicações foi a acumulação primitiva de capital pela elite angolana apoderando-se do mercado angolano. Apesar das desconfianças mútuas, o BM é tido como um parceiro do governo de Angola na busca pelas melhores práticas de gestão. Mas recaem diversas críticas as interferências do BM frente ao objetivo do Estado de promover o bem-estar da população.

O discurso oficial do BM de que atua em Angola principalmente com programa de redução da pobreza (ou de desenvolvimento inclusivo) e o fortalecimento das instituições políticas encontra certa resistência (OSISA, 2013). Neste último tópico, cabe destacar a preocupação com a formação de servidores públicos nos seguintes ramos da gestão: gestão fiscal, gestão do desenvolvimento de projetos, gestão da assistência econômica.

A resistência às interferências do FMI e do BM refletem-se negativamente no desenvolvimento das instituições angolanas, nas políticas de distribuição de riqueza, principalmente no processo de governança pública. Por exemplo, o primeiro relatório contábil da SONANGOL, elaborado nos anos 2000 devido às pressões do FMI, demonstrou indícios de desvios nas contas dessa empresa que é o pilar da economia angolana (OSISA, 2013). Ou ainda, a discrepância encontrada nas contas das receitas do petróleo corresponde a mais 25% do PIB de Angola no período entre 1997 a 2010 (OSISA, 2013). Em conjunto, a pouca abertura do mercado angolano, a ausência de transparência e elevada corrupção são consequências da fragilidade das instituições e da gestão pública.

O mesmo resulta na má distribuição de riqueza se reflete no índice baixo de desenvolvimento humano, na saúde, educação, como está relatado no relatório do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em outras palavras, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, Angola ocupava, em 2012, a 148ª posição do ranking com 187 países. Isso reflete os baixos índices de escolaridade, os indicadores preocupantes em saúde e os altos níveis

de pobreza (BIC, 2014).

Apesar de Angola ser membro do FMI desde 19 de Setembro de 1989, o governo sempre foi muito cético em implementar as reformas sugeridas por esta organização. Na verdade, a adesão a essa organização não aconteceu no intuito de aplicar as reformas econômicas, mas de negociação da dívida externa do país (MAFO, 2014).

Essa atitude do governo angolano em relação a FMI condicionou o desenvolvimento econômico de Angola, determinando o desaparecimento da indústria angolana e o enfraquecimento da agricultura com fins de subsistência. A grande interferência do FMI em 2009 resulta da crise fiscal, reflexo da crise internacional de 2008. Mais especificamente, as receitas do petróleo baixam consideravelmente nesse período, o governo angolano é obrigado a recorrer ao FMI e assina o acordo *stand-by*, depois de um rompimento em 2008. Naquela data, FMI insistiu na falta de transparência nas receitas da indústria petrolífera, mas o governo nega o que resultou num rompimento unilateral, e o FMI é posto de lado pelo governo angolano (MAFO, 2014).

Apesar dos fortes indícios de corrupção, falta de transparência na prestação das contas e governança, o FMI abre um canal de negociação e assina o acordo em 2009, que exige algumas reformas por parte do governo angolano, principalmente transparência nas receitas do petróleo (MAFO, 2014).

A primeira grande intervenção do FMI em Angola foi objetivamente o financiamento ao governo Angolano com vista a equilibrar as contas. Mas em uma análise aprofundada esta intervenção foi acompanhada da transferência de um pacote de políticas. Segundo Mafo (2014, p. 23) especificamente em termos de: "1- transparência nas contas do petróleo, 2- acordo com o FMI para a implementação de programa monitorado por ele, 3- aprovação de uma estratégia contra a pobreza (ECP)". A mesma transferência de políticas aconteceu na América Latina nos anos de 1990 sem sucesso (BRESSER-PEREIRA, 2002).

Em paralelo, a atuação do BM em Angola tem sido mais expressiva, porque o governo assume ser uma organização internacional parceira. Atuando em vários projetos relacionados a temas sociais através do Fundo de Apoio Social (FAS), a atuação do BM no FAS tem parceria de outras instituições, projetos de desenvolvimento local, e empréstimos financeiros ao governo Angolano em tempo de crise. O FAS é uma organização governamental constituída através do decreto 44/94 do conselho dos ministros, responsável por diferentes projetos de combate à pobreza e desenvolvimento sustentável (FAS, 2015).

O BM, em termos de financiamento da economia Angolana, não teve grande relevância nos últimos quatro anos, mas no ano 2015 devido a crise do petróleo o governo teve que recorrer ao financiamento por meio do BIRD para equilibrar as suas contas (O PAÍS, 2015). Uma retrospectiva com base nos dados oficiais do BM (2015) demonstra que de 2011 a 2015 Angola tinha os seguintes débitos junto ao banco: em 2011 devia 120 milhões de dólares, em 2012 não consta debito, e igualmente em 2013, em 2014 devia 75 milhões de dólares e, finalmente em 2015 disparou a dívida para 650 milhões, refletindo a atual crise no setor de petróleo.

As últimas interferências do BM em Angola foram os financiamentos e orientações de reformas. Como por exemplo, o corte do subsídio nos combustíveis, que entre 2014 e 2015 subiu

cerca de 120%, e a gasolina que custava 60 Kwanzas passou a custar 125 Kwanza (SAPO, 2016). Em suma, é prematuro identificar as consequências de longo prazo desses aumentos, mas é importante destacar que no curto prazo refletiu negativamente em uma taxa de inflação de dois dígitos: de 9% para 44%.

O FMI e o BM são vistos, em geral pelo governo angolano, como agentes de expansão do neoliberalismo. Similarmente ao período de intervenção da ONU no país, essas instituições propagam ideais que beneficiavam países hegemônicos. Fontoura e Guedes (2012, p. 33) afirmam que estas instituições “contribuem para o processo de globalização por meio de práticas de transferência de política e governança”. Cabe destacar que, particularmente para a população mais pobre de Angola, essas transferências de políticas e governança têm se refletido negativamente.

2 Considerações Finais

Devido o posicionamento estratégico de Angola no contexto africano, nas resoluções de conflitos e ajuda econômica a outros países da região, como Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e República Democrática do Congo, as organizações internacionais (ONU, PNUD, BM e FMI) têm atuado no país em várias áreas. Mais particularmente, as intervenções no sentido de estabelecer a ordem e a segurança no passado e as interferências nas políticas de governança e gestão pública.

A atuação dessas organizações internacionais tem como objetivo disseminar as ideais neoliberais, embora se proponham a transparência nas finanças públicas e melhoria da contabilidade pública, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e o combate à pobreza.

Em uma perspectiva histórica, as intervenções e interferências das organizações internacionais em Angola têm sido condicionadas pelas potências mundiais. A ONU no seu papel de organismo responsável pela manutenção da paz mundial fracassou em Angola e, por intermédio do PNUD como parceira do governo Angolano no desenvolvimento tem encontrado muitas dificuldades para implementar os projetos. Talvez um aspecto importante para reflexão seria a ausência de consultas e concertações locais.

O FMI e o BM têm encontrado resistência interna, principalmente em relação à implementação do processo de transparência e reformas institucionais necessárias ao nível econômico. Somente as crises fiscais têm permitido as interferências dessas instituições. Angola é um exemplo de resistência às ingerências das organizações internacionais, mas não se pode afirmar que essa resistência por parte do governo seja benéfico para a população. A realidade mostra que a pobreza ainda é um dos principais desafios a serem superados.

Os discursos do FMI e do BM revelam a intenção de convencer o governo Angolano a adotar mecanismos de governança e gestão pública no país, no sentido de melhorar a transparência. Caberia destacar que algumas recomendações não se enquadram na realidade Angolana, em paralelo a precipitação por parte do governo na implementação das recomendações que são mandatórias. No entanto, a atuação desses organismos internacionais pode ocasionar uma dinâmica peculiar na contabilidade pública do país e na implementação de uma controladoria geral da república. A controladoria seria importante para gerenciar os indícios de desvios de verbas na

execução dos programas do governo, portanto, poderia resultar na melhoria da gestão pública (RODNISKI; DIEHL, 2012).

Em conjunto, as intervenções da ONU foram sucessivos fracassos, desde 1988, porque as missões foram condicionadas pelos interesses das potências mundiais, segundo estratégias de segurança internacional relacionadas a expansão e/ou contenção do comunismo e aos interesses de corporações estrangeiras na exploração do petróleo e de diamantes. As áreas definidas como prioritárias pelo PNUD - redução da pobreza, governança democrática, prevenção e recuperação de crises, e desenvolvimento sustentável – permanecem como desafios a serem superados pelo governo de Angola. Apesar da resistência por parte do governo em temas como a abertura da economia ao mercado internacional, a melhoria da transparência das contas da indústria petrolífera, o programa de redução da pobreza e o fortalecimento das instituições políticas, as interferências do FMI e BM resultaram na fraca institucionalização de governança e da gestão pública. E estas seriam as potenciais implicações que resultam das intervenções e interferências externas que poderiam impactar nas relações controversas entre as organizações internacionais e a elite local em detrimento da população de Angola.

Referencias

ABREU, W. M; GOMES, R. C; ALFINITO, S. Transparência Fiscal Explica Desenvolvimento Social nos Estados Brasileiros? **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, mai/ago 2015.

AGÊNCIA LUSA. Combustíveis voltam a aumentar em Angola e gasolina passa a regime de preço livre. **Observador**, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://observador.pt/2015/04/30/combustiveis-voltam-a-aumentar-em-angola-e-gasolina-passa-a-regime-de-preco-livre/>> Acesso em: 04 nov. 2015.

ALBURQUERQUE, C. **Angola a Cultura do Medo**. 1 ed. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
Alves, D.B. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2007.

BANCO INTERNACIONAL DE CRÉDITO. **Angola: Internacionalização da Economia Angolana**. 2014. Disponível em: <<http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/02-Estudo-Angola-Elaborado-pelo-Banco-BIC.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2015

BORGES, A. Governança e Política e Educacional: a Agenda Recente do Banco Mundial. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 52, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma da Nova Gestão Pública: Agora na Agenda da America Latina. **Revista do Serviço Público**, ano 53, n. 1, Jan-Mar, Brasília, 2002.

CARVALHO, A. L. A Economia do Petróleo Angolano do Pós-guerra: O papel da Sonangol China, o novo parceiro estratégico. **Revista Lusíadas**, Lisboa, n. 4, p. 11-46, 2010.

CASSULE, A. F; BOIO, D. Angola: Breve Incursão Histórica-Política dos Principais Partidos Políticos (FNLA; MPLA; UNITA). **Revista Sol Nascente**, Província do Huambo, n. 3, p. 22- 31, 2013.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. 3. 2013, New York e Genebra **Quem se Beneficia com a Liberalização do Comércio em Angola? Uma Perspectiva de Gênero**. New York: ONU, 2013. 84 p. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationChapters/ditc2013d3_pr.pdf> Acessado em: 5 dez. 2015.

COOKE, B. Administração e Gestão do Desenvolvimento do Atlântico Norte no Governo do Brasil: Uma Análise Histórica do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 81-102, jun.2015.

_____. The Managing of the (Third) World. **Organization** 11(5), p. 603-629, 2014.

_____. O Gerenciamento do (Terceiro) Mundo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 62-75, 2004.

DIAS, G. M. **Soberania e Intervenção Humanitária: Dilemas da Agenda de Segurança Internacional**. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DOLOWITZ, D. Brings Back the States: Correcting for the omissions of globalization. **International Journal of Public Administration** 29: 263-280, 2006.

ENDIAMA, **Quem somos: História**. Disponível em: <<http://www.endiama.co.ao/quemsomos/historia/2>>. Acesso em: 28 out. 2015.

FONSECA, M. **Banco Mundial como Referência de Justiça Social no Terceiro Mundo: Evidências no Brasil**. **Revista Faculdade de Educação**, vol.24, n.1, São Paulo, Jan./Jun 1998.

FONTOURA, Y. S. R; GUEDES, A. L. M. Transferência de política: Do Protocolo de Cartagena à Política Nacional de Biossegurança. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 3-21, 2012.

FUNDO DE APOIO SOCIAL. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.fas.ao/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

HODGES, T. **Angola: Do AfroEstalinismo ao Capitalismo Selvagem**. 1.ed. Parede: Principia, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JENSEN, K. J; FERNANDO, M. P. **Reformas ao Processo Orçamental e Gestão das Finanças Públicas de Angola: A crise foi um sinal de alarme?:** relatório científico. Bergen; CMI, 2011.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: Novo Modelo Regulatório para as Relações entre Estado, Mercado e Sociedade? **RAP- Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 40(3):479-99, Maio/Jun. 2006.

MAFO, J. A. **As Medidas de Reformas Estruturais em Angola no Âmbito do Acordo Stand-by com o Fundo Monetário Internacional**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) -Lisboa School of Economics & Management. Colégio de S. Jeronimo, Coimbra.

MAIA, T. V. **A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MONTEIRO, A. Portugal, os Estados Unidos e a Guerra Angolana. Conferência Internacional Portugal, a Europa e os Estados Unidos, 1., 2003, Lisboa. **Anais Eletrônicos...** Lisboa: IPRI, 2003. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/artigos.php?ida=1>>. Acesso em: 26 out. 2015.

NDOMBA, B. **Activistas Condenados de Dois a Oito Anos de Prisão**. Rede Angola, Luanda, 28 abr. 2016. Disponível:<<http://www.redeangola.info/activistas-condenados/>> Acesso em: 08/05/2016.

OPAÍS. **Banco Mundial empresta à Angola USD 450 milhões e emite garantia de USD 200 milhões**. O País, Luanda, 3 jul. 2015. Disponível em: <<http://opais.co.ao/banco-mundial-empresta-a-angola-usd-450-milhoes-e-emite-garantia-de-usd-200-milhoes/>> Acesso em: 28 out.2015.

OPEN SOCIETY INITIATIVE OF SOUTHERN AFRICA. **Avaliação das Operações da Indústria Petrolífera de Angola:** relatório científico. Cabinda: OSISA, 2013.

PANAPRESS. **Cronologia da paz em Angola e envolvimento da ONU.** Panapress, Luanda, 3 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Cronologia-da-paz-em-Angola-e-envolvimento-da-ONU--3-391969-47-lang4-index.html>> Acesso em: 19 out. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência:** relatório científico. New York: PNUD, 2014.

PUREZA, J. M. et al. **As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique.** Oficina do CES, 290 (Novembro), Coimbra, 2007.

RODNISKI, C. M; DIEHL C. A. O Papel da Controladoria em Relação ao Grau de Centralização das Organizações, **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan/jun 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAPO. **Combustíveis Voltam a Aumentar em Angola e Gasolina Passa a Regime de Preço Livre.** 2016. Disponível em: <http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt_2015_04_30_2073571314_combustiveis-voltam-a-aumentar-em-angola-e-gasolina-passa-a-regime-de-preco-livre>. Acesso em: 2 maio 2016.

SÊCO, S. L. R. **Sobre a Prospeção de Diamantes em Angola Formações de Kimberlitos e de Depósitos Secundários,** Dissertação (Mestrado em UNIVERSIDADE DE COIMBRA) Coimbra, 2009.

SIMIONE, A. A. A modernização da Gestão e a Governança no Setor Público em Moçambique, **Revista de Administração Pública**, 48(3):551-570, maio/jun. Rio de Janeiro, 2014.

SONANGOL. **A Nossa História.** Disponível em: <<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/ASonangolEP/A%20Nossa%20Hist%C3%B3ria/Paginas/A-Nossa-Hist%C3%B3ria.aspx>> Acesso em: 28 out. 2015.

SONANGOL. **Petrolíferas em Angola.** <http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Explora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o/Paginas/Petrol%C3%ADferas-em-Angola.aspx> Acesso em: 20 fev. 2017.

STONE, D. Transfer Agents and Global Networks in the ‘Transnationalization’ of Policy. **Journal of European Public Policy**, New York, 11(3): 545-566, 2014.

VENTURA, R. N et al. Condições de Vida e Mortalidade Infantil no Município do Embu, São Paulo. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 251-257, 2008.

VOZ DA AMÉRICA. **Antônio Monteiro: Hoje o Processo de Paz de 1992 Teria Desfecho Diferente**. Voz da América, New York, 31 maio 2011. Disponível em: <<http://www.voaportugues.com/a/antonio-monteiro-se-fosse-hoje-eleicoes-de-1992-teriam-tido-d-esfecho-diferente-122883794/1260379.html>> Acesso em: 19 out. 2015.